

ARQUEOLOGIAS NA BACIA AMAZÔNICA: CONTRIBUIÇÕES DO CEPA/UFPR EM EXPERIÊNCIAS ACADÊMICAS DE MESTRADO E DOUTORADO

Luiz Fernando Erig Lima*

INTRODUÇÃO: O INÍCIO DA TRAJETÓRIA

Posso afirmar que a primeira vez em que ouvi falar do CEPA/UFPR, ou precisamente o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, era o ano de 1989, quando ainda era um estudante do 1º ano do 2º grau. Até então a única instituição de referência em Arqueologia, a qual conhecia na Cidade de Curitiba era o Museu Paranaense, quando ainda funcionava na Praça Generoso Marques.

Em uma ocasião, ao folhear a Revisão Bibliográfica da Arqueologia Brasileira (Arquivos de História Natural da UFMG), me interessou um artigo da autoria do prof. dr. Igor Chmyz, o qual dizia respeito ao achado de petróglifos no Segundo Planalto Paranaense. A equipe do museu me indicou a localização do CEPA, no 12º andar do Edifício Dom Pedro I da UFPR.

Ao entrar pelo corredor daquela instituição, fiquei impressionado com a coleção de urnas cerâmicas da Tradição Tupiguarani dispostas em uma fileira junto à parede, de modo que na parede oposta havia pequenos quadros contendo artefatos líticos da Tradição Umbu, fotos de sambaquis e restos de tecidos e sabugos de milho incaicos; sem contar com as salas contendo milhares de fragmentos cerâmicos e peças líticas em fase de restauração e análise. Ainda no corredor de acesso externo havia uma coleção de painéis fotográficos da evolução humana.

Da última sala do corredor interno emanava um agradável aroma de fumo de cachimbo. Reclinado sobre uma mesa e analisando vários fragmentos cerâmicos, pela primeira vez vi o prof. Igor. Ao interromper sua concentração, me apresentei e expliquei o motivo da visita. Gentilmente ele me cedeu um exemplar da Revista do CEPA, o qual

* Doutorando no Museu de Arqueologia e Etnologia/USP.
E-mail: lferiglina@yahoo.com.br

continha o artigo que procurava e me apresentou o centro e os trabalhos que ali se desenvolviam. Esta visita se transformou em várias, de modo que comecei a efetuar ali um estágio voluntário.

Naqueles tempos o meu conceito de Arqueologia estava muito centrado em sociedades pré-colombianas andinas ou meso-americanas, embora a pré-história brasileira também atraísse minha atenção. Não sabia eu que o convívio futuro com o CEPA e a Arqueologia de Resgate me despertaria o interesse e valorização de um amplo leque temático de pesquisas, envolvendo desde o período de ocupação do Paleo-índio ao período histórico mais recente.

Assim, nesta minha fase inicial, fui gradativamente aprimorando meus conhecimentos através de bibliografias a mim cedidas, bem como auxiliando no preparo de coleções arqueológicas, permitindo desde cedo me familiarizar com as tradições arqueológicas do território paranaense. Alguns anos passaram, e quando o tempo permitia aproveitava o período de férias escolares para permanecer no CEPA como voluntário, sempre na ansiedade de querer participar de uma atividade de campo.

Por outro lado, a empolgação de iniciante nesta área, me fez esquecer um pouco das responsabilidades escolares, o que me rendeu um ano de reprovação no 1º Científico. Isto contribuiu para a oposição de alguns de meus familiares quanto à Arqueologia como escolha profissional. Havia um misto de preocupação com certo preconceito, ao afirmarem que isto era “profissão para um filho de lorde inglês” ou “no Brasil este trabalho não lhe dará futuro” e que uma carreira de médico certamente me cairia bem. Se este conselho tivesse sido seguido, certamente haveria na família um médico legista dedicado a estudos de Antropologia Física em suas horas de folga.

Felizmente isto não aconteceu, a idéia de seguir um velho sonho falava mais alto, de modo que os anos passaram e não perdi o contato com o CEPA, bem como mantive contato com outras instituições (Museu Paraense Emílio Goeldi; Museu de Arqueologia e Etnologia-USP; Museu do Homem Americano) e seus pesquisadores, os quais esporadicamente me enviavam publicações ou cópias xerox de artigos de suas pesquisas, à medida que eu lhes solicitava.

O SEGUNDO PASSO: A GRADUAÇÃO

No ano de 1993 ingressei no curso de Geologia no Departamento de Ciências da Terra da UFPR. Uma formação em ciências geológicas seria de grande valia, visto que a profissão de

arqueólogo exigiria noções de aspectos geomorfológicos em trabalhos de campo, ou da gênese e deposição dos sedimentos nos sítios arqueológicos, bem como a capacidade de identificar a matéria prima rochosa dos artefatos líticos, sem contar que a Paleontologia era outra área de meu interesse.

A partir do segundo semestre comecei a estagiar de modo regular no CEPA; entre janeiro e fevereiro de 1994, tive o meu “batismo de campo” no Projeto da UHE Canoas I-II, no rio Paranapanema. Vivenciei, então, o que era estar em uma *Pesquisa de Campo*, uma situação totalmente diversa de estar pesquisando em uma biblioteca ou laboratório.

Muitas coisas eram ensinadas na medida do possível. Durante as caminhadas pelas pastagens ou áreas de plantio de soja aprendíamos a avaliar as condições topográficas locais, estimando onde poderiam passar antigas redes de drenagens associadas a antigos acampamentos de caçadores-coletores ou aldeias de grupos ceramistas.

A regra era “estar com olhos bem abertos o tempo todo”, não havia perfil de corte de estrada ou de barranco de rio que não fosse checado ou raspado; no caso de sítios superficiais a preocupação era definir as distribuições de peças arqueológicas no intuito de se detectar diferentes espaços habitacionais. Era ensinado a respeitar e contar com o apoio da população rural local, a qual muitas vezes colaborou conosco fornecendo valiosas informações quanto à existência de sítios arqueológicos. Todo cuidado era pouco ao se caminhar por um terreno recém-semeado; éramos constantemente alertados para não pisarmos nos brotos de soja que estavam germinando.

Enfim, entre erros e acertos, eu e demais colegas de estágio gradativamente ganhávamos experiência, e no final de mais um dia de Sol quente típico no norte do Paraná, tecíamos pensamentos quanto ao nosso futuro e os planos a serem seguidos nesta profissão. Havia muito que caminhar nesta trajetória. Infelizmente, alguns desistiram.

Durante a graduação também estagiei no Museu Paranaense, atuando em projetos de resgate arqueológico no rio Iguaçu, além de pesquisas de Paleontologia no Rio Grande do Sul como monitor desta disciplina. Em 1995, voltei a atuar no CEPA dentro do Projeto da UHE Miranda, tendo as minhas primeiras lições de análise cerâmica com o material da Tradição Aratu-Sapucai, além das primeiras tentativas de análise de louça histórica e peças metálicas. Neste período, participei de outros projetos na Região Metropolitana de Curitiba até a minha graduação. Neste meio tempo comecei a direcionar o meu interesse para a área de Arqueologia da Amazônia, o que realmente segui durante o mestrado.

A PÓS-GRADUAÇÃO NA BACIA AMAZÔNICA: O MESTRADO

A visão generalista a mim transmitida pelo CEPA, ensinou a valorizar todo e qualquer indício arqueológico, não importando seu horizonte cronológico, fosse este a mais singela ocorrência, um sítio degradado ou muito bem preservado. Este conceito foi o fundamento para o trabalho de campo que seria desenvolvido no mestrado (e no presente momento, no doutorado), logo após minha graduação como geólogo em maio de 1999. Seria uma tarefa que envolveria muita atividade de levantamento exploratório, algo bastante praticado na Arqueologia de Resgate.

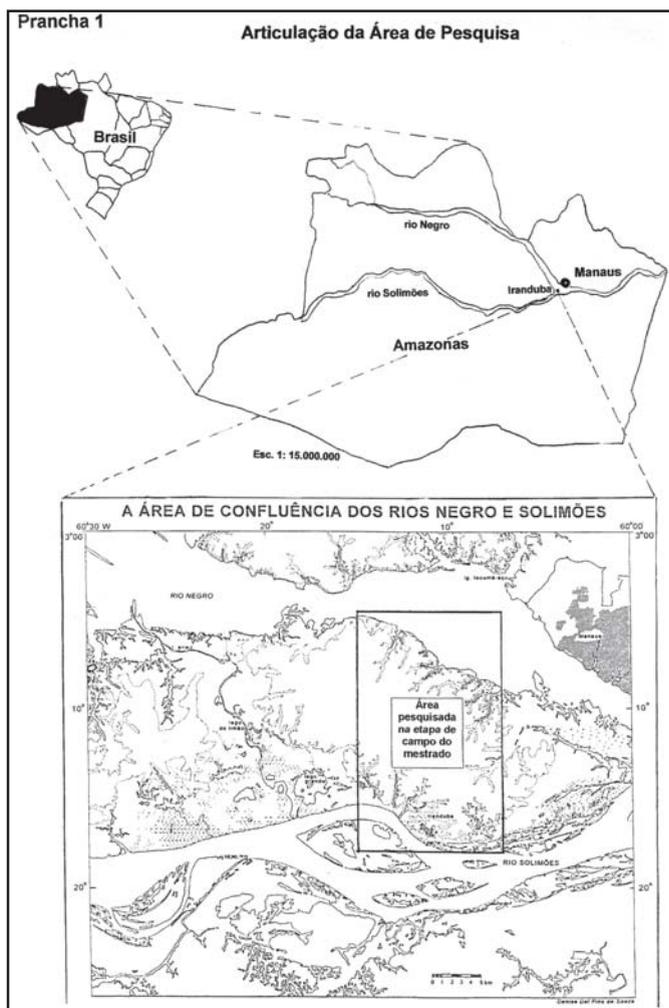
Efetuei o meu mestrado pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) entre os anos de 2000 e 2003, contando com a orientação do prof. dr. Eduardo Góes Neves, um dos expoentes na área de Arqueologia Amazônica no Brasil.

Minha dissertação intitulada *Levantamento Arqueológico das Áreas de Interflúvio na Área de Confluência dos Rios Negro e Solimões*, estava vinculada a um grande projeto de pesquisa denominado “Levantamento Arqueológico da Área de Confluência dos Rios Negro e Solimões, AM” ou simplesmente “Projeto Amazônia Central”, localizado na região do município de Iranduba, próximo à cidade de Manaus, Amazonas, conforme mapa abaixo.

As atividades desenvolvidas visaram contribuir para a resolução de dois problemas distintos de pesquisa: um geral e outro específico. O primeiro problema dizia respeito ao teste da aplicabilidade de modelos de adaptação humana na arqueologia amazônica, particularmente no que se referia à possibilidade de ocorrência de sítios arqueológicos de grandes dimensões na área de interflúvio. O segundo problema estaria ligado à definição de uma tipologia de sítios arqueológicos presentes na área de pesquisa.

Considerando que a área em estudo possuía um quadro de pesquisa ainda preliminar, limitado a locais ribeirinhos, a pesquisa proposta possibilitaria que tal quadro fosse estendido para os ambientes de interflúvio. Considerando, ainda, que na área de estudo havia poucos setores com cobertura vegetal intensa, devido à atividade antrópica local representada por pastagens e campos de cultivo, a logística de campo seria bem mais fácil do que em outras partes da Amazônia, onde a cobertura vegetal dos sítios é predominante. Tais condições facilitariam por um lado o acesso aos locais de levantamento e a própria identificação dos sítios arqueológicos, já que pelo menos os depósitos superficiais teriam sua visibilidade aumentada devido ao desmatamento. O trabalho possibilitaria, desse modo, um teste inicial dos modelos

revistos para o ambiente de terra firme, algo ainda não sistematicamente realizado devido às dificuldades logísticas relacionadas às pesquisas em áreas de interflúvio na Amazônia. Se fosse bem sucedido, ele traria uma contribuição original à arqueologia da região.



Tendo em vista o fato de que eram áreas ecologicamente mais degradadas, hoje vejo que o levantamento efetuado, embora de caráter oportunístico, serviu também para o registro de sítios que já se encontravam em adiantado processo destrutivo, em alguns casos por lavras de areia ou agricultura intensiva. Acredito que dentro de poucos

anos não apresentarão qualquer vestígio material de sua existência (se já não ocorreu), visto que essas atividades econômicas ainda operam na região.

A pesquisa resultou no achado de 18 sítios (alguns de grandes dimensões) e 10 ocorrências arqueológicas (peças arqueológicas encontradas de forma isolada, não associadas a um contexto arqueológico) no ambiente de interflúvio ou terra firme; e de 16 sítios e 3 ocorrências arqueológicas no ambiente de várzea, resultando em uma distribuição aproximada de 1,9 sítios/Km², indicando intensa ocupação da paisagem em época pré-colonial e histórica.

Antes deste levantamento, o recuo cronológico dos achados arqueológicos na área do médio rio Negro efetuados pelo PAC ou quaisquer pesquisas anteriores não superavam em antigüidade o Séc. III a. C. Pela primeira vez na região, vestígios de populações pré-ceramistas, com horizonte cultural caçador-coletor ou agricultor incipiente, de idade mais recuada que as ocupações ceramistas, foram localizadas na terra firme (sítios AM-IR-30: Areal do Guedes e AM-IR-32: Dona Stella) e na várzea (sítio AM-IR-37: Cachoeira do Castanho e ocorrência V-2) ao julgar pela tipologia dos artefatos líticos recuperados: peças plano-convexas, bifaciais, pontas de projéteis e numerosas lascas e estilhas de retoque, cujas formas lembram as indústrias líticas do Arcaico do Brasil Central, bem como algumas indústrias líticas pré-ceramistas da Venezuela e Panamá. Mas qualquer correlação entre essas indústrias com as do médio rio Negro é apenas hipotética, ou seja, uma idéia que deverá ser corroborada com um número maior de dados dentro de um minucioso e cauteloso processo de investigação.

Três amostras de carvões do sítio AM-IR-32: Dona Stella, foram enviadas ao dr. Darden Hood, diretor do laboratório Beta Analytic, Miami (EUA), para que fossem efetuadas análises de C-14, cujas datas atingiram 5240±40 AP, 7650±50 AP e 7700±50 AP, respectivamente.

Os demais sítios encontrados associavam-se a grupos ceramistas que passaram a ocupar posteriormente a região, a princípio pela Fase Manacapuru (Tradição Borda Incisa ou Barrancóide) do séc. III a. C.- séc. X d. C., seguida pela Fase Paredão (Tradição Incisa-Ponteadada, embora a tendência dos trabalhos mais recentes é considerá-la como uma fase flutuante ou independente) dos sécs. VIII-X d. C. e mais tarde pela Sub-Tradição Guarita (Tradição Policroma Amazônica) nos Sécs. X-XVI d. C., além de grupos indígenas etno-históricos e luso-afro-brasileiros em período histórico.

Enfim, a realização deste trabalho apontou que a ocupação humana no ambiente amazônico de terra firme seria tão intensa quanto a do ambiente de várzea. Embora não apresentasse sítios de grandes

dimensões, a pluralidade de pequenos assentamentos poderia corresponder às aldeias satélites vinculadas aos grandes assentamentos de várzea, indicando a possibilidade de existência de sociedades indígenas hierarquizadas, talvez sobre o regime de cacicados, as quais procuravam manter o controle dos recursos ecológicos dos ambientes de várzea e de terra firme. Isto nos faz refletir, se os conceitos pregados pelo determinismo ambiental ao ambiente de interflúvio amazônico são realmente válidos. Pela tipologia dos sítios levantados, a região estudada é rica e variada: além dos sítios pré-ceramistas e os aspectos levantados de suas indústrias líticas de idade recuada, os sítios ceramistas forneceram informações interessantes, além de fartos dados de análise lítica e cerâmica. Entre estas, cito: a constatação de decoração marcada com corda na cerâmica Manacapuru, a descoberta de um piso de habitação da Sub-Tradição Guarita, sítios com possível função de armazenagem de alimentos, ao julgar pela presença de pães-de-índio (uma temática de pesquisa importante de ser seguida), além de sítios históricos na várzea associados aos ciclos econômicos das drogas do sertão e/ou da borracha, ou a fazendas ou mocambos/quilombos.

Isto resume a importância de que outros projetos temáticos de pesquisa devem ser desenvolvidos nesta região, bem como na Amazônia como um todo, por exemplo: nos pântanos de várzea, cujos ambientes redutores fornecem condições propícias para a conservação de matéria orgânica, podendo fornecer dados importantes de palinologia, ou para atividades de prospecção subaquática, onde seria possível localizar vestígios de antigos artefatos de madeira pré-coloniais ou históricos (restos de embarcações, remos, arpões de pesca, estruturas de armadilhas pesqueiras, etc...).

Uma vez que a área de interflúvio pesquisada ocorre na confluência de dois grandes rios (Negro e Solimões), é importante que este tipo de pesquisa exploratória seja testado em outras áreas geograficamente distintas da Amazônia: não apenas com o objetivo de verificar se os padrões de assentamento humano em ambientes de interflúvio seguem ou não o modelo defendido neste trabalho, mas também de conhecer a arqueologia de áreas não estudadas.

A pluralidade de nichos ecológicos na Amazônia é tão variada que do Pleistoceno ao Holoceno, pode ter englobado múltiplos modelos adaptativos humanos, além daqueles já conhecidos e consagrados em bibliografia pertinente.

Considerando suas dimensões continentais, pode se afirmar que a Amazônia ainda fornecerá muitas surpresas no campo da arqueologia, na medida em que se intensifiquem as pesquisas no futuro,

pois todo o conjunto de estudos ali efetuados do final do Séc. XIX aos dias de hoje é apenas a ponta de um *iceberg*, cuja maior parte submersa estará sempre à espera de quem se disponha a trazê-la à luz da pesquisa científica.

O epílogo deste mestrado resultou em um convite efetuado pela Universidade Nacional da Colômbia, onde participei do Simpósio Internacional *Pueblos y Paisajes Antiguos em la Selva Tropical Amazônica*, no âmbito do III Congresso da Arqueologia na Colômbia promovido pela Universidade Del Cauca, na cidade de Popayán em dezembro de 2004, apresentando um resumo de meu trabalho.¹

A PÓS-GRADUAÇÃO NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE: O DOUTORADO

A Amazônia Central tinha atraído meu interesse, principalmente no que concernia à idéia de um início e continuidade de uma carreira acadêmica em alguma universidade amazonense. Por outro lado, as oportunidades a mim oferecidas me levaram para a Amazônia Ocidental e lá encontrei uma temática de pesquisa tão interessante que decidi abarcá-la no Doutorado.

Ao defender o mestrado em dezembro de 2003, permaneci na Cidade de São Paulo participando de vários projetos de arqueologia de resgate junto à empresa Zanettini Arqueologia. Um desses projetos, conhecido com *Projeto Fronteira Ocidental* vem sendo desenvolvido sob a coordenação geral do arqueólogo dr. Paulo Eduardo Zanettini, com verbas da Lei de Incentivo à Cultura do Mato Grosso, constituindo um dos projetos prioritários da Secretaria de Estado de Cultura do MT, objetivando a identificação, registro e preservação dos bens culturais para fins científicos e uso público.

No que tange à ocupação indígena pré-colonial e etno-histórica desta região, pude contar ali com uma série de dados levantados durante a fase exploratória, de uma investigação de longo prazo ainda em curso no vale do Alto/Médio Guaporé, precisamente no município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso.²

¹ LIMA, Luiz F. E. Investigações arqueológicas nas áreas de interflúvio entre os rios Negro e Solimões, Amazônia Central, Brasil. In: RIOS, G. M.; CAMARGO, S.M.; CALVO, C. F. **Pueblos e paisajes antiguos de la selva amazônica**; Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia; Washington D.C.: Taraxacum. p. 211-235. 2006.

² LIMA, Luiz F. E. Arqueologia pré-colonial do Município de Bela Vista da Santíssima Trindade, Mato Grosso. In: **Anais 13º Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Campo Grande: Ed. Oeste – CD-Rom. 2005.

Seguindo o incentivo do dr. Paulo Zanettini, abracei o tema, o qual no momento está sendo aprimorado em uma tese de Doutorado no MAE-USP sob a orientação da profa. dra. Marisa Afonso Coutinho.

Os estudos arqueológicos devotados ao passado pré-colonial para a região apontam para um passado riquíssimo e complexo, mesmo que os trabalhos venham sendo conduzidos rumo aos estudos de sítios arqueológicos isolados. Os levantamentos regionais até agora disponíveis são restritos a pequenas áreas, fornecendo um quadro ainda incipiente, porém, extremamente estimulante de investigação.

A área de pesquisa engloba principalmente o município de Vila Bela da Santíssima Trindade localizado na Mesorregião Homogênea Sudoeste Mato-grossense, Microrregião do Alto Guaporé; na altura das coordenadas 15° 00' 28" latitude sul e 59° 57' 06", distanciada cerca de 521 km de Cuiabá. Apresenta uma extensão territorial de 12.179,43 km² e mantém limite a N e E com os municípios de Comodoro, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Pontes e Lacerda e Porto Esperidião; a W e S mantém fronteira com o território boliviano. Como principal via de acesso conta com a BR-174 e uma série de estradas vicinais.



A hidrografia é predominantemente sistematizada pela Bacia Amazônica, e o Guaporé como o principal rio da região, além de seus afluentes: os rios Galera, Sararé e Barbado com suas micro-bacias

associadas. Quanto a Serra da Borda (também englobada no levantamento), esta é entrecortada por uma rede de drenagem de padrão dendrítico, representada pelos córregos Areia, Cabeceiras, Longa Vira (ou Longa Vida), Água Suja e Banhado, este último contributário do rio Galera.

Considerando a posição geográfica do município Vila Bela da Santíssima Trindade no Alto/Médio Guaporé, é possível afirmar que este poderia ter sido um centro de passagem e/ou convergência de múltiplas populações indígenas desde o final do Pleistoceno aos tempos modernos. Por ali migraram ou se instalaram grupos oriundos da Amazônia Central, Planalto Central Brasileiro ou da área sub-Andina da Bolívia, entre outras bacias hidrográficas circunvizinhas (e.g. Bacia Pantaneira). Informações inéditas poderão surgir à medida que as pesquisas arqueológicas sejam intensificadas na região, no decorrer das próximas etapas de pesquisa de campo.

PERSPECTIVAS

Observando a trajetória por mim efetuada, através de minha formação inicial no CEPA, os trabalhos com o Projeto Fronteira Ocidental e demais trabalhos desenvolvidos com a Zanettini Arqueologia pude ter algumas expectativas quanto ao futuro da Arqueologia no Brasil, visto que alguns progressos têm tomado lugar no teatro de ações de divulgação, educação patrimonial e interação com a população local nas áreas de pesquisas acometidas por projetos de resgate arqueológico.

Há uma preocupação crescente em se montar exposições nas prefeituras ou escolas locais, com divulgação através da distribuição de panfletos, convites às escolas para que visitem as escavações, bem como a divulgação em meios de comunicação de rádio e televisão. Isto tem resultado em efeitos positivos, pois sempre há algum estudante que se apaixona pelo trabalho divulgado e acaba estagiando temporariamente nas atividades de higienização, marcação e triagem de peças arqueológicas. Frequentemente membros da população local trazem informações ou peças arqueológicas encontradas em suas propriedades, o que demonstra que, lentamente há um processo de conscientização no que diz respeito à participação da comunidade em relação à preservação dos bens arqueológicos locais.

Outro dia fiquei surpreso ao folhear um livro escolar de História do Brasil, onde o capítulo inicial era sobre Pré-História Brasileira. Pelo que me lembro, no meu tempo de primário o máximo que se ensinava

eram alguns aspectos genéricos e breves da cultura indígena brasileira.

É um momento positivo para a nossa profissão; a divulgação de pesquisas e achados arqueológicos nunca esteve tão forte na televisão ou na imprensa. A cada ano vem aumentando a produção acadêmica de Dissertações e Teses, de modo que algumas áreas carentes de pesquisas (as quais continham apenas “encraves arqueológicos”) passaram a apresentar um contexto de ocupação regional mais completo (e.g. o Pantanal, a Amazônia Central ou os Estados de Goiás e Tocantins). Outro ponto é o aumento do número de candidatos dispostos a ingressarem nos cursos de pós-graduação em São Paulo ou Pernambuco. Recentemente foram criados cursos em Sergipe e Goiás.

No âmbito da arqueologia voltada ao meio empresarial, as exigências ambientais e patrimoniais do poder público estão cada vez mais fortes sobre os empreendimentos construtivos (e.g. a Portaria N^o 230 do IPHAN, de 17-12-02), não importando mais as dimensões das áreas permanentemente afetadas. Em algumas situações, empresários têm demonstrado uma preocupação com a questão patrimonial, mesmo que o licenciamento envolvesse um pequeno loteamento intensamente terraplenado e urbanizado, sem a menor possibilidade de conter um vestígio arqueológico.

Apesar dos progressos acima citados serem uma injeção de ânimo, há alguns obstáculos a serem superados: descasos ainda ocorrem na questão de preservação do nosso patrimônio arqueológico, principalmente em áreas de expansão mineradora, agrícola ou imobiliária clandestina, cujos empreendimentos atuam livremente sem o mínimo acompanhamento arqueológico. Comumente este fato ocorre em regiões distanciadas dos grandes centros urbanos, onde os acessos à comunicação são difíceis, não podendo o poder público efetuar uma fiscalização adequada em muitas situações, restando então ao arqueólogo no Brasil mais um desafio a ser superado de modo alternativo/criativo em suas frentes de pesquisas.

